

Economia

CONSTRUÇÃO CIVIL

Justiça decreta falência da Magazine Incorporações

M.Grupo teve três empreendimentos inacabados no Rio Grande do Sul

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

A Justiça de Porto Alegre decretou a falência da Magazine Incorporações, que pertence aos mesmos acionistas do M.Grupo. A Magazine Incorporações ergueu o Shopping Gravataí, que sofreu corte de energia na semana passada devido ao não pagamento da conta pela direção do empreendimento. O M.Grupo teve três empreendimentos inacabados - dois em Gravataí e um em Porto Alegre - retomados desde 2015 por adquirentes, entre investidores e compradores que buscavam utilizar os imóveis.

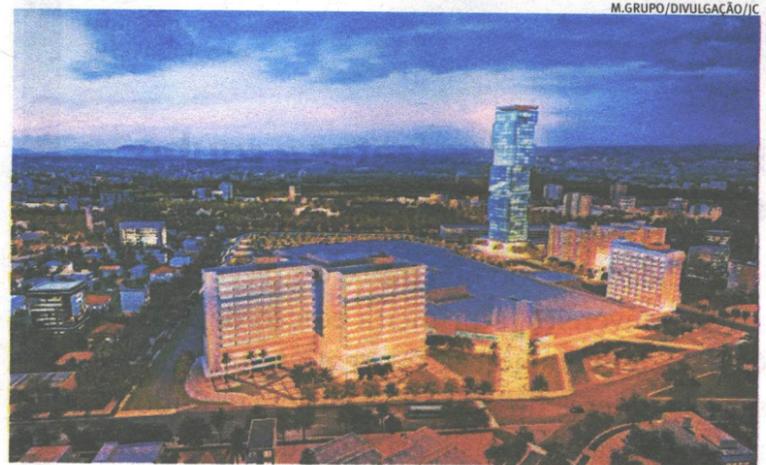
A juíza Giovana Farenzena, da Vara de Direito Empresarial, Recu-

peração de Empresas e Falências, acatou pedido de um dos compradores de unidades que comporiam o edifício Majestic, prometido para ser o prédio mais alto do Rio Grande do Sul, mas que até hoje não foi erguido. O projeto, previsto inicialmente para ter 42 andares ou 132 metros de altura, foi comercializado, gerando receita para os donos do Magazine, entre eles o empresário paulista Lorival Rodrigues, que dirige o M.Grupo.

Na sentença, a juíza sustenta que o autor da ação demonstrou "o estado pré-falimentar", reforçado por cobranças de credores que se acumulam, mostradas em notícias na imprensa, atrasos e paralisações de obras, que provocaram

"uma enxurrada de ações por parte daqueles que, como o ora autor, restaram lesados em seus direitos". Farenzena cita que consulta o sistema de registro do Judiciário e que há duas centenas de ações contra a Magazine. Só em Gravataí seria "uma centena". "Importante ressaltar que a maioria destes processos foram distribuídos a partir de 2014, notando-se que tem tomado proporção crescente nos últimos anos."

Como efeito da decisão, a Justiça nomeou um administrador judicial e determinou que se lacrem estabelecimentos e arrecadem-se bens da empresa. Os credores têm prazo de 15 dias para se apresentar. A juíza solicitou ainda informações ao Sistema BacenJud sobre



Torre Majestic, projetada para Gravataí, era prometida pela empresa

contas existentes em nome da falida e remessa dos saldos existentes, além da indisponibilidade de valores e veículos de propriedade dos sócios da empresa.

No despacho, o Judiciário relata a dificuldade de notificar os donos da incorporadora. O site oficial do M.Grupo sofreu mudanças. Antes, a plataforma mostrava os empreendimentos que seriam erguidos, dando uma imagem de que tudo estava tendo seguimento.

Agora, não há referência alguma para o passado das empresas do grupo, como a Magazine Incorporações. Na descrição da empresa, o texto diz: "sinônimo de qualidade, solidez e transparência, o M. Grupo é constituído por empresas que atuam em diversos setores da economia". A operação estaria em dois dos endereços mais valorizados de São Paulo (a avenida Brigadeiro Faria Lima) e Porto Alegre (a avenida Carlos Gomes).

MERCADO DE CAPITAIS

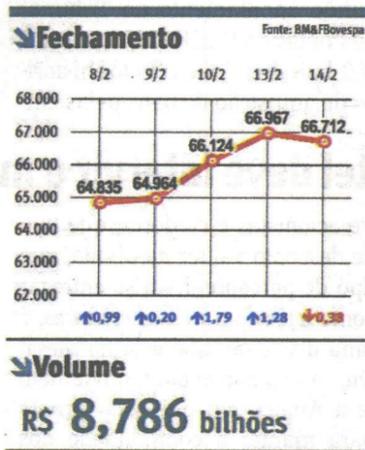
Dólar fica abaixo de R\$ 3,10 e bolsa recua 0,38% depois de cinco altas

O dólar à vista fechou abaixo de R\$ 3,10 ontem pela primeira vez em mais de um ano e meio. A moeda terminou a sessão em queda de 0,53%, cotada a R\$ 3,0940, menor nível desde 23 de junho de 2015 (R\$ 3,0755). O volume de negócio somou US\$ 1,200 bilhão. No mercado futuro, o contrato para março recuou 0,90%, aos R\$ 3,0955, com giro de US\$ 18,643 bilhões.

A queda da divisa norte-americana perdeu durante quase toda a sessão, justificada pela entrada de recursos no País e a atuação do Banco Central. A autoridade monetária iniciou ontem a rolagem de contratos de swap cambial tradicional que vencem no começo de março.

Depois de cinco altas, a Bovespa cedeu a um leve movimento de

realização de lucros e fechou em baixa de 0,38%, aos 66.712 pontos. A correção foi concentrada nas ações da Vale, principais alvos de ordens de venda. Os negócios totalizaram R\$ 8,786 bilhões.



CONJUNTURA

Queda na Selic pode não ser repassada ao consumidor

Guilherme Daroit

daroit@jornaldocomercio.com.br

Embora a queda na taxa básica de juros iniciada pelo Banco Central (BC) no fim de 2016 gere expectativa na economia, é possível que, para pessoas físicas, a redução não gere impacto tão grande. A previsão se baseia no fato de que, em 2016, mesmo com as variáveis estabilizadas ou em queda, o spread bancário não acompanhou a tendência. Um dos motivos seria a nova postura dos bancos federais, que passaram a ofertar taxas em linha com os privados.

O papel do spread bancário, que é a diferença entre os valores que os bancos pagam pelos recursos e os valores pelos quais eles emprestam, é importante pois compõe, junto com a Selic, o total da taxa de juros que será ofertada

pelos bancos, lembra o economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) Bruno Paim. Os fatores que compõem o spread já dariam motivos para uma queda desde o ano passado. A meta da Selic, por exemplo, que é o piso para a tomada de recursos, se manteve estável em 14,25% ao ano entre julho de 2015 e outubro de 2016, quando iniciou queda até os 13% atuais - a expectativa é que ela chegue a 9,5% até o fim de 2017.

Ao mesmo tempo, entre janeiro e novembro, o spread médio das operações de crédito para pessoas físicas passou de 27% para 33%. Na visão de Paim, a explicação só poderia passar pela questão da concorrência. Em 2012, quando Caixa e BB admitiram que atuariam com o propósito de combater o spread dos bancos privados utilizando taxas mais baixas, os

bancos públicos tinham por volta de 43% no total do crédito do sistema financeiro. Em quatro anos os estatais alcançaram uma participação de 55%, ajudando a conter o spread médio. Já com o novo foco das instituições federais em garantir a lucratividade dos negócios, ambos aumentaram suas taxas, atingindo patamares mais próximos aos bancos privados. No mês passado, por exemplo, a Caixa cobrava mais de 550% ao ano, acima de várias instituições privadas.

Outro ponto que pode dificultar uma retomada no consumo é o nível de comprometimento da renda das famílias com a amortização das dívidas. Em 2012, era de quase 60%, e agora é de 52%. Ou seja, as famílias estão pagando mais juros, e, assim, diminuindo em menor velocidade o saldo das suas dívidas.

BAIXE GRATUITAMENTE O DIAGNÓSTICO DA MEDICINA DO TRABALHO E AVALIE COMO ESTÁ A SUA EMPRESA

HÁ 12 ANOS, A COMETRA PRESTA CONSULTORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO



FAÇA O DOWNLOAD ATRAVÉS DO LINK:
conteudo.cometra.com.br/diagnostico

cometra
Consultoria em medicina e segurança do trabalho
nos importamos com você